

A digitalização como uma nova etapa do processo privatista na educação pública

Digitalization as a new stage of the privatization process in public education

Vera Maria Vidal Peroni
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Porto Alegre-Brasil
Daniela de Oliveira Pires
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Curitiba-Brasil
Paula Valim de Lima
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Porto Alegre-Brasil

Resumo

O estudo analisa o processo de digitalização da educação, por meio da inserção de tecnologias e plataformas privadas, como uma nova etapa do processo de privatização educacional. Ao abordar as particularidades do capitalismo em sua era digital, analisa-se como o setor privado assume uma posição salvacionista em relação à educação pública. Neste período particular, também a tecnologia é colocada nessa posição de solucionar os problemas da educação por meio de plataformas e ferramentas digitais que, embora apresentadas como inovadoras, perpetuam o domínio do capital sobre os processos educacionais. O caso da digitalização da educação na rede pública de ensino do Paraná por meio de plataformas digitais é apresentado como forma de materialização deste processo.

Palavras-chave: digitalização da educação; privatização da educação; era digital do capitalismo.

Abstract

The study analyzes the process of digitalization in education through the integration of private technologies and platforms as a new stage in the privatization of education. By addressing the specificities of capitalism in its digital era, it examines how the private sector assumes a salvational role in relation to public education. In this particular period, technology is also positioned as a solution to educational challenges through digital platforms and tools which, although presented as innovative, perpetuate the dominance of capital over educational processes. The case of education digitalization in the public school system of Paraná through digital platforms is presented as a way of materializing this process.

Keywords: digitalization of education; privatization of education; digital era of capitalism.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de digitalização como uma nova etapa do processo privatista. Historicamente ofertadas por sujeitos privados que buscam inserir-se na educação pública, as soluções educacionais privadas assumem novas características diante dos avanços das tecnologias digitais, mantendo, no entanto, uma conexão essencial com os interesses do capital. Desde as formas analógicas até a introdução de plataformas e ferramentas digitais como mediadoras dos processos educativos, essas propostas perpetuam uma lógica de mercado que molda a educação pública para atender às demandas capitalistas, em detrimento de um modelo educacional crítico e emancipatório (Mészáros, 2008; Peroni, 2016).

Com a ascensão do neoliberalismo, a partir da década de 1970, o mercado passa a ser concebido como parâmetro de qualidade e eficiência, enquanto o setor privado assume para si a tarefa de *resgatar* a educação pública. Nesse contexto, o setor privado assume um papel salvacionista, oferecendo soluções educacionais que, embora apresentadas como inovadoras, perpetuam o domínio do capital sobre os processos educacionais.

Nesse sentido, o artigo propõe uma análise das relações entre a oferta de soluções educacionais tecnológicas e o processo de privatização educacional, no contexto de transformações do mundo produtivo deste período particular do capitalismo. Neste quadro, orientado por sujeitos do capitalismo global, como os organismos internacionais e corporações tecnológicas, são muitas as implicações para a educação e o trabalho docente.

O estudo é orientado por categorias do materialismo histórico-dialético, que permitem compreender as dinâmicas entre o público e o privado na educação como projetos societários de classe em disputa, com as particularidades de seu tempo histórico (Lukács, 1967; Peroni, 2023). Em termos metodológicos, o artigo propõe uma discussão teórica a respeito das relações entre educação, tecnologia e capitalismo, seguida da análise da materialização do processo privatista decorrente da perspectiva tecnossolucionista para a educação, a partir do caso da rede estadual do Paraná.

O texto está estruturado em duas partes de desenvolvimento, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, é debatido o avanço das tecnologias, plataformas e ferramentas digitais em uma perspectiva global sob hegemonia do capital. Analisam-se as formas de privatização da educação, decorrentes da digitalização da educação, e as

implicações para os diferentes processos educacionais, com destaque para o trabalho docente. Na segunda parte, o propósito é demonstrar a materialização dos processos de digitalização, no contexto do estado do Paraná. Por meio de uma agenda privatizante no campo educacional sem precedentes em sua história recente, entidades privadas nacionais e internacionais disputam o fundo público, transformando a educação pública em um verdadeiro balcão de negócios.

Digitalização e privatização da educação na era digital do capitalismo

Os processos de digitalização da educação – que ocorrem por meio da implementação de ferramentas, plataformas e tecnologias educacionais – devem ser analisados de forma crítica, para além dos argumentos genéricos acerca dos potenciais para qualificação da aprendizagem, inclusão digital e redução de desigualdades, como amplamente disseminado pelos seus defensores, Banco Mundial, Google LLC e Fórum Econômico Mundial.

Em primeiro lugar, estes argumentos promovem um processo de despolitização das tecnologias na educação, apresentando-as como neutras e desvinculadas de interesses econômicos e/ou políticos, apesar de elas atuarem para reforçar a hegemonia do capital ao instrumentalizarem a escola para que se adeque ao novo mundo do trabalho, flexível e baseado em perspectivas empreendedoras. Sujeitos do capital, como os organismos internacionais e as corporações tecnológicas, desempenham um papel central nesse processo, promovendo currículos que priorizam competências técnicas e habilidades socioemocionais, enquanto marginalizam a formação crítica e reflexiva. Os currículos são adaptados às demandas do mercado global, enfatizando competências como pensamento computacional e habilidades socioemocionais, como adaptabilidade e criatividade. Embora apresentadas como essenciais para o século XXI, essas propostas promovem a conformação dos indivíduos para se adaptarem às condições de precariedade e instabilidade do capitalismo contemporâneo (Mészáros, 2008; Alves, 2023). Limitam-se então as possibilidades de promoção de uma educação para a construção de uma sociedade democrática que permita aos estudantes questionarem as contradições do sistema capitalista.

Em segundo lugar, é preciso considerar que a integração de ferramentas e plataformas digitais como parte do processo de digitalização da educação pública é pautada em relações mercantis e interesses de lucro por parte das empresas que promovem suas mercadorias digitais. Nesse sentido, o impulso à digitalização da educação, sob argumentos

tecnossolucionistas que apresentam as tecnologias como a solução definitiva para os problemas educacionais (Morozov, 2013), favorece a proliferação de soluções educacionais ofertadas por empresas e organizações privadas. O solucionismo tecnológico que inspira a transformação digital da educação reforça perspectivas historicamente presentes nos processos de privatização, pautados em propostas de salvação da educação pública pelo setor privado (Lima; Peroni; Pires, 2024), que ocultam a complexidade social e histórica dos desafios enfrentados para garantia do direito à educação, especialmente em contextos como o brasileiro. A partir de diagnósticos que apontam os problemas educacionais como fruto da incapacidade do Estado, o privado assume para si a tarefa de *resgatar* a educação pública, com objetivo final de converter o dinheiro público em lucro privado.

Os dois aspectos mencionados, que atravessam as propostas de digitalização da educação, são também aspectos próprios dos processos de privatização educacional. Segundo Rikowski (2017), eles podem ocorrer de forma separada ou concomitante e, para fins de diferenciação, referem-se à privatização *na* educação e *da* educação. A privatização *na* educação se refere à tomada de controle da educação pública por parte das empresas privadas (Rikowski, 2017), ao mesmo tempo em que corresponde à parte do que Harvey (2014) classifica como projeto de restauração de classe. Já a privatização *da* educação envolve a entrada do setor privado na educação pública, em que este ente disputa o fundo público no sentido do lucro: é a educação tornando-se capital (Rikowski, 2017).

Deste modo, a relação entre o público e o privado é entendida enquanto projetos societários em disputa, em uma perspectiva de classes sociais (Peroni, 2016). Na educação, particularmente, público e privado representam um processo de correlação de forças entre projetos antagônicos: de um lado, está a defesa da educação pública, inspirada por princípios democráticos e de coletivização das decisões; e, do outro, há um projeto de mercantilização e de desdemocratização da educação (Laval; Dardot, 2017).

Essa relação é aprofundada pelas características deste período particular do capitalismo, que se intensificam com a diminuição dos direitos via avanço do neoliberalismo, neoconservadorismo e neofascismo. Os avanços tecnológicos que transformam o mundo produtivo, as dinâmicas de trabalho e as relações sociais de forma abrangente permitem considerar a tecnologia também como uma particularidade do capitalismo neste momento

histórico, o que tem sido nomeado como o capitalismo na era digital (Saura; Cancela; Parcerisa, 2023; Saura et al., 2024).

Assim, ao tratar da presença da tecnologia como forma de intensificação dos processos de privatização, parte-se do princípio de que, sob a hegemonia do capital, a tecnologia é instrumentalizada como parte do processo de dominação e acumulação capitalista. Segundo Alves (2013), há duas determinações do capitalismo global fundantes de sua nova temporalidade histórica: “a constituição de uma nova forma de produção do capital [...] e o desenvolvimento da crise estrutural de valorização do valor” (Alves, 2013, p. 236). A primeira, nomeada maquinofatura, constitui-se a partir da tecnologia informacional como base técnica e a centralidade da gestão, de modo a alterar “os termos do estranhamento social dado pela relação tempo de vida/tempo de trabalho e pela constituição de um novo modo de vida: o modo de vida just in time” (Alves, 2013, p. 238). A segunda determinação, de base econômica, “se manifesta principalmente na financeirização da riqueza capitalista e hegemonia do capital financeiro na dinâmica de acumulação de valor” (Alves, 2013, p. 236).

Nesta dinâmica, a tecnologia e a rede informacional que baseiam a produção do capital promovem novas formas de precarização estrutural do trabalho, em primeiro lugar, e precarização existencial, “tendo em vista que, na sociedade em rede, cada vez mais, o trabalho estranhado como trabalho abstrato invade a vida social, impregnando a totalidade social de formas derivadas de valor, promovendo a redução do tempo de vida a tempo de trabalho” (Alves, 2013, p. 247). Isso significa que:

Na medida em que se constitui a sociedade em rede, a subsunção da totalidade social à produção do capital torna-se subsunção real. O aumento da produtividade do trabalho na produção de mercadorias se reverbera no aumento da velocidade dos circuitos vitais do organismo social (Alves, 2013, p. 241).

Novamente, importa considerar que este estudo adota uma perspectiva crítica em relação à digitalização da educação e às tecnologias, de forma mais ampla, situadas no contexto da hegemonia do capital neoliberal, que não deixa a salvo nenhuma dimensão da vida humana (Laval; Dardot, 2017). Desse modo, o problema não está na tecnologia em si mesma, mas, sim, na totalidade em que se inserem e nos interesses aos quais respondem (Peroni et al., 2025). Em síntese, o problema central é o capitalismo, já que a sua forma e relações sociais de produção, mediadas pela luta de classe, produzem estranhamento social

e alienação do trabalho e do trabalhador (Alves, 2013). Nesse sentido, de acordo com Alves (2013, p. 238):

numa sociedade emancipada do domínio do capital, a nova base técnica informacional não implicaria a forma organizacional toyotista com seu modo de vida *just in time*, onde tempo de vida se reduz a tempo de trabalho. Uma sociedade de produtores auto-organizados desenvolveria outras virtualidades da forma técnica, explicitando outro modo de organização do trabalho e outro modo de vida.

No caso da educação, a inserção de tecnologias digitais nos processos pedagógicos e administrativos das escolas públicas promove importantes implicações para o trabalho docente, cuja precarização ocorre em duas dimensões. Por um lado, dá-se do ponto de vista da histórica falta de valorização dos profissionais da educação, que se expressa nos salários, nas jornadas e nas condições materiais de trabalho. Com as ferramentas digitais, apesar da promessa de simplificar os processos e reduzir a carga de trabalho dos professores, suas tarefas são intensificadas e as formas de controle do trabalho também: “as plataformas digitais que mediam os centros podem exigir do docente cada vez mais inovação, maior desempenho nos resultados, mais avaliações e muitos mais registros” (Saura; Cancela; Parcerisa, 2023, p. 28).

Por outro lado, a precarização do trabalho docente se materializa a partir do esvaziamento do seu caráter intelectual, decorrente da implementação de plataformas, ferramentas fortemente estruturadas e padronizadas. Este processo retira do professor seu fazer, transformando-o em mero executor de propostas prontas elaboradas externamente, produzindo estranhamento em relação ao próprio trabalho. Tais plataformas promovem a separação entre aquele que pensa e aquele que executa o conteúdo, a gestão, a avaliação, a formação, todo o processo pedagógico. Em contrapartida, quem pensa e planeja todos estes aspectos que atravessam o cotidiano educativo é o privado, que o faz a partir de seus próprios interesses.

Trata-se de uma atualização – ou modernização, para incorporar o léxico da inovação – do que já ocorria por meio de processos analógicos, nos quais instituições privadas instituem materiais padronizados e replicáveis para as redes públicas, com o diagnóstico de que a educação possui problemas e eles possuem a solução. Diante do acelerado desenvolvimento tecnológico e crescimento dos mercados tecnoeducacionais, “as soluções não somente serão ofertadas pelo privado, mas elas deverão ser de base tecnológica” (Lima; Peroni; Pires, 2024, p. 2).

Neste sentido, a inovação educacional é amplamente defendida pelos sujeitos do capital, ao mesmo tempo em que o material padronizado e individualizado se mostra contrário aos avanços necessários do capitalismo no contexto histórico de reestruturação produtiva. As características da reestruturação produtiva são justamente de um trabalhador que saiba pensar, resolver problemas, trabalhar em equipe, diferente do período anterior do Fordismo e Taylorismo, em que o trabalho era massificado e repetitivo (Harvey, 1989) – cabendo ressaltar que estas últimas são, contraditoriamente, as características do ensino padronizado e replicável das apostilas e das plataformas digitais.

Ao mesmo tempo, habilidades e competências socioemocionais, como iniciativa, criatividade, determinação e entusiasmo, atendem às demandas do capitalismo na era digital, cuja forma social é pautada pela precariedade, pelo trabalho informal e pela atitude empreendedora, necessários à reprodução do capital. Diferentemente de formas anteriores de racionalização capitalista, no Toyotismo, “não é apenas o fazer e o saber operário que são capturados pela lógica do capital, mas sua disposição intelectual afetiva que é constituída para cooperar com a lógica da valorização” (Alves, 2006, p. 96). Além disso, o sistema toyotista de produção e seu modelo flexível de acumulação “contribuíram para o aumento, em intensidade e amplitude, da carga ideológica e pressão pelo cumprimento de metas e resultados (ela não diz respeito apenas à produção, mas à totalidade da vida social, o que significa o surgimento do modo de vida *just in time*)” (Alves, 2013, p. 239).

Desse modo, reforça-se a tese de que a crítica à tecnologia deve considerá-la como parte da totalidade do sistema capitalista, sob pena de tornar-se ineficaz (Peroni et al., 2025). As empresas de tecnologia, como produtores capitalistas (Morozov, 2018), atuam em um movimento de criação de soluções por meio da tecnologia, promovendo formas de expansão das lógicas do capitalismo na era digital sobre a educação.

Com capacidade de influência sobre os governos e as políticas educacionais, os sujeitos privados do capital atuam na conformação da educação, em sua forma e conteúdo, de acordo com seus próprios interesses. No Brasil, isso se expressa na implementação de políticas de digitalização, como a Política de Inovação Educação Conectada (PIEC), a Política Nacional de Educação Digital (PNED) e a Estratégia Nacional Escolas Conectadas (ENEC) (Brasil, 2017, 2023a, 2023b). Essas políticas reforçam o ideário tecnossolucionista que defende a transformação digital como necessária para modernizar a educação e qualificar os

processos de ensino e aprendizagem, ao passo que desconsideram as desigualdades estruturais promovidas pelo sistema capitalista.

Desse modo, a inserção das tecnologias, ferramentas e plataformas privadas nos processos educacionais intensifica o processo de desdemocratização (Laval; Dardot, 2017), que ocorria por meio das formas analógicas de privatização da educação. A tecnologia é apresentada superficialmente, de forma fetichizada, como solução, no entanto, está inserida em um movimento do próprio capitalismo de austeridade e retirada de direitos sociais e intensificação/precarização do trabalho. Na educação, a plataformização intensifica os processos de padronização, o que resulta em uma educação massificada e até mesmo contraditória em relação ao que se espera do trabalhador em um período no qual a reestruturação produtiva requer um sujeito com mais capacidade criativa para resolução de problemas. Neste processo, ocorre a intensificação da retirada da ação intelectual dos professores, pois em um movimento padronizado e replicável de plataformização, não existe espaço para o trabalho criativo e contextualizado do professor. A digitalização da educação se expressa como um fetiche que encobre as contradições mais estruturais e profundas da crise societária e da educação, enquanto a transformação digital da educação, embora apresentada como inovadora, representa uma continuidade das práticas privatistas, conforme veremos a seguir com a sua materialização através do contexto da educação no estado do Paraná.

Soluções digitais privadas: o caso da rede estadual do Paraná

As políticas educacionais que materializam a digitalização da educação no estado do Paraná são aqui examinadas com o propósito de analisar como a inserção de tecnologias educacionais digitais amplia os processos de privatização da educação, por meio do financiamento público para entidades privadas nacionais e internacionais.

Desde os anos 2000, a rede estadual do Paraná vem introduzindo uma agenda privatizante na educação, nas dimensões da oferta, gestão e currículo (Adrião, 2018), por meio de parcerias com empresas nacionais e conglomerados internacionais. De modo mais específico, o maior impulso à digitalização vem ocorrendo nos últimos seis anos, por meio de uma agenda privatizante da atual gestão do estado, que tem como principal estratégia a adoção das plataformas e ferramentas digitais.

Conforme discutido na seção anterior, este contexto é parte de uma conjuntura mais ampla, associada ao desenvolvimento do capitalismo na era digital, no qual os conglomerados educacionais globais e suas mercadorias digitais são instrumentais neste período particular do capitalismo. A digitalização da educação por meio da contratação de plataformas privadas pressupõe soluções que são elaboradas fora do espaço da escola e não dialogam com as necessidades da educação pública, servindo aos interesses do mercado global.

A adoção das plataformas e ferramentas digitais pela Secretaria de Estado da Educação (SEED) do Paraná materializa um projeto de educação que implica riscos para a democratização da educação pública, uma vez que o direcionamento e execução das questões relativas à gestão, currículo, avaliação, para citar algumas, são repassados a organizações externas à escola. Mais do que isso, são organizações mercantis cujas ações são pautadas pelo interesse em converter o recurso público destinado à educação em lucro privado.

Como efeito, a escola pública, em sua forma e conteúdo, é submetida aos interesses do setor privado. A partir do discurso solucionista de melhoria da qualidade da educação e da gestão escolar, historicamente presente nos processos de privatização educacional, as instituições privadas transferem para as escolas públicas suas lógicas de mercado.

Como forma de materialização desse processo, a tabela abaixo, elaborada com base nos dados mapeados e sistematizados por Israel (2024), apresenta informações sobre alguns dos contratos e acordos firmados entre o estado do Paraná e organizações privadas que ofertam soluções tecnológicas para a educação:

Tabela 1: Contratos com plataformas educacionais - Paraná (2021-2024)

Nome proprietário	País sede	Data Inicial	Data Final	Valor Contratado
Alura	Brasil	02/2024	02/2025	R\$ 12.437.500,00
Alura	Brasil	02/2023	03/2024	R\$ 10.414.527,91
Alura	Brasil	02/2022	02/2023	R\$ 8.021.160,00
Alura	Brasil	02/2021	12/2021	R\$ 4.155.000,00
EF Education First	Suíça	06/2021	06/2025	R\$ 31.479.168,00
EnglishCentral	EUA	01/2023	01/2025	R\$ 24.795.840,00
Google Classroom	EUA	02/2024	06/2024	R\$ 5.065.993,44
Google Classroom	EUA	09/2023	01/2024	R\$ 2.597.339,52
Google Classroom	EUA	04/2023	08/2023	R\$ 999.950,40
Khan Academy	EUA	01/2024	01/2026	Não se aplica
Khan Academy	EUA	01/2023	12/2023	Não se aplica

Matific	Austrália	01/2023	01/2025	R\$ 10.368.000,00
Matific	Austrália	07/2021	07/2025	R\$ 14.976.000,00
Odilo	Espanha	11/2022	11/2025	R\$ 16.555.563,36
Power BI - Microsoft	EUA	01/2024	03/2024	R\$ 4.118.132,35
Power BI - Microsoft	EUA	01/2021	01/2023	R\$ 1.143.340,00
Quizizz	EUA	02/2023	02/2025	R\$ 6.228.000,00
Total				R\$ 153.355.514,98

Fonte: adaptação de Israel (2024, p. 208).

A partir dos dados mapeados pela pesquisadora apresentados na tabela, verifica-se que o Paraná, no período de quatro anos, firmou contratos com oito empresas que oferecem plataformas digitais, perfazendo um gasto público na ordem de aproximadamente R\$153 milhões. O processo de privatização, nesse sentido, ocorre por meio do financiamento público, o que equivale a afirmar que a educação estadual está sendo convertida em um balcão de negócios por meio da disputa pelo fundo público (Rikowski, 2017).

As parcerias realizadas pela SEED têm servido aos interesses mercantis de conglomerados educacionais, como: Google LLC, uma das maiores empresas globais de tecnologia; Odilo, empresa transnacional, com escritórios na América do Norte, América Latina, Europa e Ásia; e Alura, plataforma nacional voltada ao mercado tecnológico. Além das empresas, também foram firmados contratos com a Khan Academy, instituição sem fins lucrativos financiada por grandes empresas de tecnologia e fundações empresariais filantropistas, como a Bill and Melinda Gates Foundation e a Fundação Lemann.

As plataformas educacionais que materializam o processo de digitalização da educação possuem características e propostas para públicos distintos. Os contratos com a Matific, por exemplo, são voltados à utilização da plataforma baseada em jogos para a aprendizagem de Matemática por estudantes do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental. No entanto, ao mesmo tempo, “para os professores, a plataforma objetiva fornecer recursos envolventes com base em perguntas e planejamento de aula” (Paraná, 2025a).

Este exemplo permite considerar que as plataformas, mesmo as direcionadas aos estudantes como usuários principais, promovem atravessamentos no trabalho e na formação docente. O mesmo ocorre com o acordo de cooperação com a Khan Academy, que prevê a “formação continuada ou acompanhamento de professores no uso da Khan Academy ao longo do ano letivo incluindo uma trilha formativa específica para os embaixadores e professores” (Paraná, 2024).

Do mesmo modo, há plataformas especificamente direcionadas ao trabalho dos professores, como no caso dos convênios com a Google LLC, para utilização da plataforma Google Sala de Aula. A partir da mediação do trabalho docente por ferramentas digitais, os professores e professoras passam a ser reconhecidos como profissionais plataformizados, em um contexto de avanço do capitalismo digital e da plataformização, promovendo um novo tipo de precarização das relações de trabalho. Em relação à percepção dos docentes sobre o tema, uma pesquisa do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP Sindicato) evidencia “que a grande maioria dos professores desaprova a prática” (Volkman, 2024, p. 4). Isso, porque “a exigência de uso limita as opções de apresentação dos conteúdos didáticos e transforma o(a) professor(a) em mero mediador da relação entre plataformas e alunos(as)” (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, 2023), o que vai ao encontro do que foi apontado na seção anterior em relação às novas formas de estranhamento do trabalho docente.

Os contratos e acordos apresentados apontam para uma intensificação do processo de plataformização da rede estadual do Paraná no último período. Desse modo, a digitalização da educação compõe as estratégias de atendimento educacional no Paraná, conformando uma autêntica política pública educacional, que pode ser verificada no site da SEED, sob o título “Plataformas Educacionais” (Paraná, 2025b).

Para além dos contratos específicos de adoção de plataformas, materializam-se políticas educacionais voltadas à digitalização e ao desenvolvimento de competências digitais, socioemocionais e empreendedoras. É o caso do Programa Educação para o Futuro, instituído em 2022, parcialmente financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O programa “visa preparar os estudantes do ensino médio da rede pública estadual do Paraná para a sociedade e o mundo do trabalho do século XXI” (Paraná, 2025c) e tem, entre as estratégias previstas, o uso de tecnologias educacionais.

Os organismos e instituições financeiras internacionais também atuam de modo a orientar as redes no sentido da digitalização da educação, favorecendo a atuação de grupos privados sobre a educação pública. Israel (2024) destaca, a esse respeito, a atuação do BID por meio do financiamento ao Grupo de Trabalho de Tecnologia do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), liderado pelo atual secretário de Educação do Paraná, com

a participação da Coalizão Tec Educação, composta por organizações filantrópicas empresariais nacionais.

Deste modo, a digitalização da educação se materializa nos diferentes contextos por meio de uma ampla articulação transnacional, envolvendo sujeitos nacionais e internacionais com o propósito de ampliar a sua influência e lucratividade. Diante desse contexto, os benefícios para os sujeitos privados são de ordem financeira, por meio da aquisição de plataformas digitais, replicáveis para várias regiões e países.

Faz-se necessário retomar que uma das principais justificativas para o processo de privatização é a eficiência do setor privado, que contribuiria para qualificar os processos educacionais e, com isso, ampliar os indicadores de qualidade educacional. No entanto, sob o contexto de hegemonia capitalista, não se pode tratar com neutralidade as intenções de instituições privadas que disputam o fundo público e o controle sobre o processo educacional. O processo de incorporação de tecnologias digitais na educação, desse modo, é protagonizado por sujeitos privados globais, que estabelecem as diretrizes e definem os parâmetros de eficiência e qualidade para serem incorporados à realidade das escolas públicas.

Tal posicionamento hegemônico se manifesta pelo controle do capital, das ferramentas, dos produtos e da tecnologia, verdadeira força motriz da plataformização e digitalização. A alternativa às ditas “soluções tecnológicas” seria a construção de plataformas digitais públicas e a permanente busca pelo diálogo, mediado não pelo mercado, mas pelos sujeitos que integram a comunidade escolar, analisando, refletindo e avaliando a sua própria prática social.

Considerações finais

Uma vez que a privatização é constitutiva de correlação de forças entre projetos societários, entende-se que, neste caso, a digitalização e a plataformização estão inseridas em um projeto mais amplo de naturalização das desigualdades sociais e econômicas, legitimando a dominação ideológica do capital e reduzindo a educação pública a um instrumento de adaptação dos sujeitos às demandas do mercado global.

O avanço do mercado tecnoeducacional tem base em um processo de naturalização da tecnologia como ferramenta para superação dos problemas da educação, que não apenas legitima, como também fomenta a transformação digital da educação. Desse modo,

atualizam-se as formas de subsunção da educação aos interesses do capital e às novas demandas do mundo produtivo.

Pesquisas anteriores demonstram que este processo não iniciou com as plataformas, uma vez que as instituições privadas, por meio de diferentes parcerias e formas de atuação, já participam da definição do conteúdo, da avaliação, da gestão e da rotina das escolas, além de trabalharem intensamente na formação docente (Peroni; Lima; Kader, 2018; Peroni; Rossi; Lima, 2021). No entanto, com a inserção das plataformas, o que já era uma tendência passa a ser intensificado e naturalizado, permitindo a criação de novas formas de disputa pelo setor privado sobre o controle do conteúdo educativo e sobre o fundo público (Rikowski, 2017).

Após tantos anos de neoliberalismo e da intensificação atual dos processos de desdemocratização via diminuição das políticas sociais e das mudanças no mundo do trabalho, com a redução dos direitos trabalhistas, ocorre uma implosão dos direitos sociais e trabalhistas duramente conquistados. A tecnologia desponta como uma forma de solucionar todos os problemas, muito embora não responda efetivamente aos aspectos originários dos históricos desafios e desigualdades sociais e educacionais. O ideário tecnossolucionista (Morozov, 2013), tão difundido nas formulações educacionais, trata a tecnologia como um fetiche, com atributos e capacidades próprias e independentes do contexto histórico e das condições materiais.

Neste período particular do capitalismo, as propostas tecnossolucionistas de plataformização e digitalização dos processos educativos promovem uma grande alienação do trabalho docente, já que o material padronizado e replicável, projetado para ser aplicado a diferentes contextos e realidades, separa quem pensa e quem executa, destruindo o papel intelectual do trabalho docente.

Conforme demonstrado a partir do caso do Paraná, o direito à educação passa a ser visto como uma atividade associada à lucratividade, por meio da ação do empresariado nacional e internacional e dos grupos financeiros, fortalecendo a privatização do público. Verifica-se uma perspectiva salvacionista, na qual, a partir do diagnóstico de que a educação apresenta problemas, diferentes instituições com e sem fins lucrativos passam a apresentar soluções que prometem enfrentar os desafios educacionais. Assim, o privado é tomado como parâmetro de qualidade e como uma alternativa viável e possível para a solução das questões

educacionais, em consonância com as diretrizes globais, em que as soluções não somente devem ser ofertadas pelo privado, mas devem ser mediadas pela tecnologia.

De acordo com o que se observa no Paraná, a educação pública está se transformando em um laboratório para testagem das soluções tecnológicas por meio da implementação vertiginosa dos processos de plataformização e das ferramentas digitais. Tal realidade acaba promovendo novas formas de precarização do trabalho docente e uma tendência gradativa de substituição de professores por algoritmos. Além disso, verifica-se também o distanciamento de um modelo educacional democrático e inclusivo, em prol de um modelo digital, impessoal e padronizado.

A transformação digital é um processo irreversível e, no caso da educação, as soluções digitais atualizam as formas de atuação do privado historicamente presentes, apresentando novas particularidades, ao mesmo tempo em que representam uma nova ofensiva do capital sobre a educação pública. Esse atual estágio do desenvolvimento do capitalismo na era digital, está provocando mudanças em todos os âmbitos da vida em sociedade.

Por isso mesmo, faz-se necessário observar que as ferramentas digitais nos processos educativos podem ser complementares, e não substitutivas, da ação docente, de modo a preservar a relação de ensino-aprendizagem baseada tanto nas interações quanto em valores humanos críticos e democráticos. Para tanto, é imprescindível a construção de um diálogo democrático entre os sujeitos da educação e da escola e os representantes do poder público, que deve ser mediado não pelos interesses das empresas privadas, mas pelas necessidades reais e concretas da educação pública.

Referências

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, Brasília, DF, v. 18, n. 1, p. 8-28, 2018.

ALVES, Giovanni. Toyotismo e subjetividade: as formas de desefetivação do trabalho vivo no capitalismo global. **ORG & DEMO**, Marília, v. 7, n. 1/2, p. 89-108, jan./dez. 2006.

ALVES, Giovanni. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho - a questão social no século XXI. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 235-248, jul./dez. 2013.

ALVES, Giovanni. O Triunfo de Tanatos: Hipnocapitalismo e sociometabolismo da barbárie. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 21, n. 44, p. 1-26, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i44.57714>.

BANCO MUNDIAL. **Reimaginando as Conexões Humanas:** Tecnologia e Inovação em Educação no Banco Mundial. Washington, DC: Banco Mundial, 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017.** Institui o Programa de Inovação Educação Conectada e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023.** Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2023a.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 11.713, de 26 de setembro de 2023.** Institui a Estratégia Nacional Escolas Conectadas. Brasília, DF: Presidência da República, 2023b.

GOOGLE LLC. O futuro da educação – parte 1: preparação para um novo futuro. In: GOOGLE LLC. **Google do Education**, [on-line], 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/4437kpx3> Acesso em: 15 jan. 2025.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HARVEY, David. **O neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Loyola, 2014.

ISRAEL, Carolina Batista. Do trabalho digital ao ensino plataformizado: reflexões sobre os impactos do neoliberalismo digital. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 63, p. 183-220, 2024. DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3688

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **La pesadilla que no acaba nunca.** Barcelona: Gedisa, 2017.

LIMA, Paula Valim de; PERONI, Vera Maria Vidal; PIRES, Daniela de Oliveira. Novas Tecnologias, Velhas Propostas: Soluções Educacionais Privadas do Analógicos ao Digital. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 22, n. 48, p. 1-15, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v22i48.62246>

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social.** São Paulo: Boitempo, 1967.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

MOROZOV, Evgeny. **To save everything click here:** the folly of technological solutionism. New York: Public Affairs, 2013.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech:** a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Termo de Cooperação 2023000442.** Acordo de termo de cooperação que entre si celebram o estado do Paraná por intermédio da Secretaria

de Estado da Educação e a Khan Academy Brasil, para os fins que especifica. Curitiba: SEED-PR, 2024.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Plataformas Educacionais – Matemática Paraná – Matific. In: PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Escola Digital Professor**, [on-line], 2025a. Disponível em: <https://tinyurl.com/5xahp2yw> Acesso em: 29 mar. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Plataformas Educacionais. In: PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Escola Digital Professor**, [on-line], 2025b. Disponível em: <https://tinyurl.com/5cer6jww> Acesso em: 29 mar. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Programa Educação para o Futuro. In: PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **SEED-PR**, [on-line], 2025c. Disponível em: <https://tinyurl.com/4xx94bxd> Acesso em: 29 mar. 2025.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Implicações da Relação Público-privada para a Democratização da Educação**. 2016. Tese (Promoção para professor titular) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PERONI, Vera Maria Vidal. As particularidades atuais do capitalismo e sua materialização em processos de privatização da educação básica. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 8, e18129, p. 1-17, 2023.

PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Paula Valim de; KADER, Carolina Rosa (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: Implicações para a democratização da educação**. São Leopoldo: Oikos, 2018.

PERONI, Vera Maria Vidal; ROSSI, Alexandre José; LIMA, Paula Valim de (Org.). **Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina**. São Paulo: Livraria Física, 2021.

RIKOWSKI, Glenn. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-414, jul./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v11i21.810>

SAURA, Geo; CANCELA, Ekaitz; PARCERISA, Lluís. Privatización educativa digital. **Profesorado**, Granada, v. 27, n. 1, p. 11-37, mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.30827/profesorado.v27i1.27019>

SAURA, Geo; PERONI, Vera Maria Vidal; PIRES, Daniela de Oliveira; LIMA, Paula Valim de. Capitalismo na era digital e educação: democracia, Estado e ideologia. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 63, n. 63, p. 137-152, 2024. DOI: <https://doi.org/10.60543/issn.1645-7250.rle63.09>

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ (APP SINDICATO). Para 83% dos(as) professores(as), plataformas digitais não melhoraram aprendizado de estudantes no Paraná. In: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO

PARANÁ. **APP Sindicato**, [on-line], 10 ago. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/tjcsh4pk>
Acesso em: 29 mar. 2025.

VOLKMANN, Amanda. A plataformização da educação pública paranaense: implicações para o trabalho docente. In: REUNIÃO REGIONAL DA ANPED SUL, 15., 2024, São Leopoldo. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPED, 2024.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Catalysing Education 4.0: Investing in the Future of Learning for a Human-Centric Recovery** Geneva: WEF, 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/4xpfrsbk>
Acesso em: 12 nov. 2024.

Sobre as autoras

Vera Maria Vidal Peroni

Doutora em Educação e professora convidada da pós graduação em educação da UFRGS. Coordenadora do grupo nacional de pesquisa sobre a relação entre o público e o privado na educação GPRPPE/UFRGS. Líder do Diretório Grupo de Pesquisa Estado e políticas públicas de Educação Básica. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado e política educacional, política educacional brasileira, relação público/ privado. Participa da Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação (ReLAAPPe).
E-mail: veraperoni@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6543-8431>

Daniela de Oliveira Pires

Professora do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do Núcleo de Políticas Educacionais (NUPE/UFPR), do Grupo de Pesquisa, GPRPPE (Grupo de Pesquisa: Relações entre o Público e o Privado na Educação) (PPGEDU/UFRGS) e da Rede Latino-Americana e Africana em privatização da educação. Tem experiência na área da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado, Direito à Educação, Política Educacional e Privatização da Educação Básica. E-mail: danielaopires77@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6671-9195>

Paula Valim de Lima

Doutoranda em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestra em Educação (2020) e graduada em Pedagogia (2017) pela mesma universidade. Membro do Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado na Educação (GPRPPE). Professora do Ensino Fundamental na rede municipal de Porto Alegre com atuação no Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores Paulo Freire.
E-mail: paulavalimd@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1798-7476>

Recebido em: 04/06/2025

Aceito para publicação em: 03/07/2025